



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2016  
RELATÓRIO**

**20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, competência em matéria cível.**

**Juiz Federal Titular: Dr. PAULO ANDRÉ ESPÍRITO SANTO BONFADINI**

**Juiz Federal Substituto: Dr. MAURÍCIO DA COSTA SOUZA**

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 14 a 18 de março de 2016, a correição ordinária eletrônica da 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório.
2. Verificar o processo n.º 0061369-70.1993.4.02.5101, no que tange à determinação de remessa ao STF, bem como para retificar a autuação, adotando-se a classe específica cabível no caso.
3. Providenciar o cadastramento de sentenças antigas no sistema Apolo, quando for o caso.
4. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

5. Observar a correta classificação das próximas sentenças proferidas, em especial as consideradas de fundamentação individualizada, conforme indicado no respectivo item deste relatório.

6. Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão. E, neste campo, evitar as classificações repetitivas, com conteúdo semelhante, como demonstrado no item respectivo deste relatório.

7. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.

8. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 (execução) no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 145 processos com tal fase não informada.

9. Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens constritos/penhorados, preenchendo as informações necessárias (art. 356 e seguintes da CNCR).

10. Verificar os processos suspensos, cuja decisão judicial não tenha sido localizada, ou cujo motivo para a suspensão já tinha cessado.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 2.199/2016 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 26/02/2016, e Portarias PR-RJ n.º 58, de 15/01/2016, e n.º 248, de 25/02/2016, o Procurador da República Dr. Jaime Mitropoulos foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto, ou apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

Já a Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

**→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

**(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)**

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dr. Paulo André Espírito Santo Bonfadini, em exercício desde 09/04/2014.

. Substituto: Dr. Maurício da Costa Souza, em exercício desde 14/05/2015.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

**→ ORGANIZAÇÃO**

Total de Servidores previstos: 14

Total de Servidores lotados na Vara: 13

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 07

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **ACERVO TOTAL**  
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição Julho/2014	Comparativo Março/2015	Correição Março/2016
Total	2.241	1.977	1.864
Suspensos	510	494	435
Ag. julgamento recurso	633	646	572
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>1.098</b>	<b>837</b>	<b>857</b>

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2014 e Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos aos meses de março de 2015 e março de 2016, extraídos em 09/03/2016.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**  
(art. 181 da CNCR)

Período	01/03/2015 a 29/02/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	6.374	70,95	5
Decisão	1.442	16,05	7
Sentença	1.168	13,00	43
<b>Total Geral</b>	<b>8.984</b>	<b>100,00</b>	<b>10</b>

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 09/03/2016.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

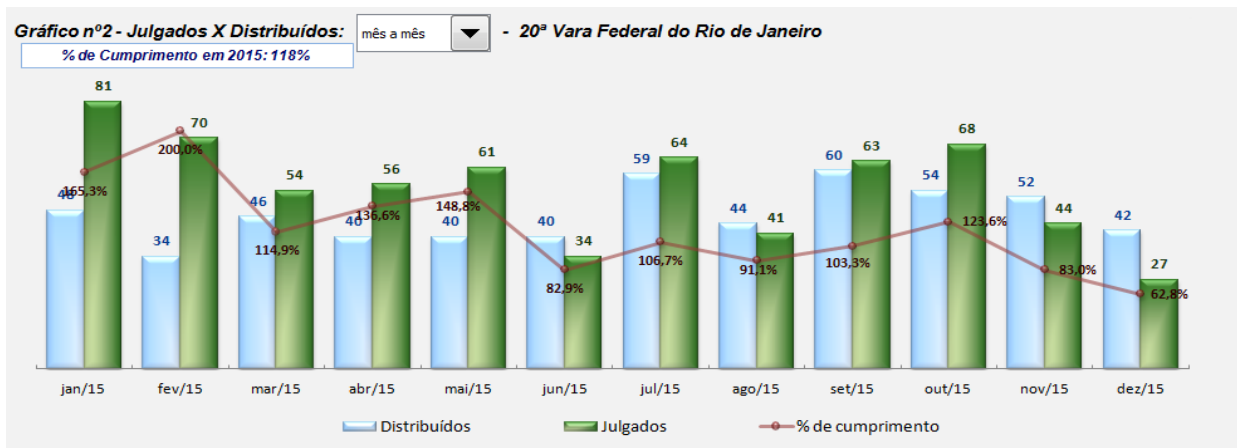
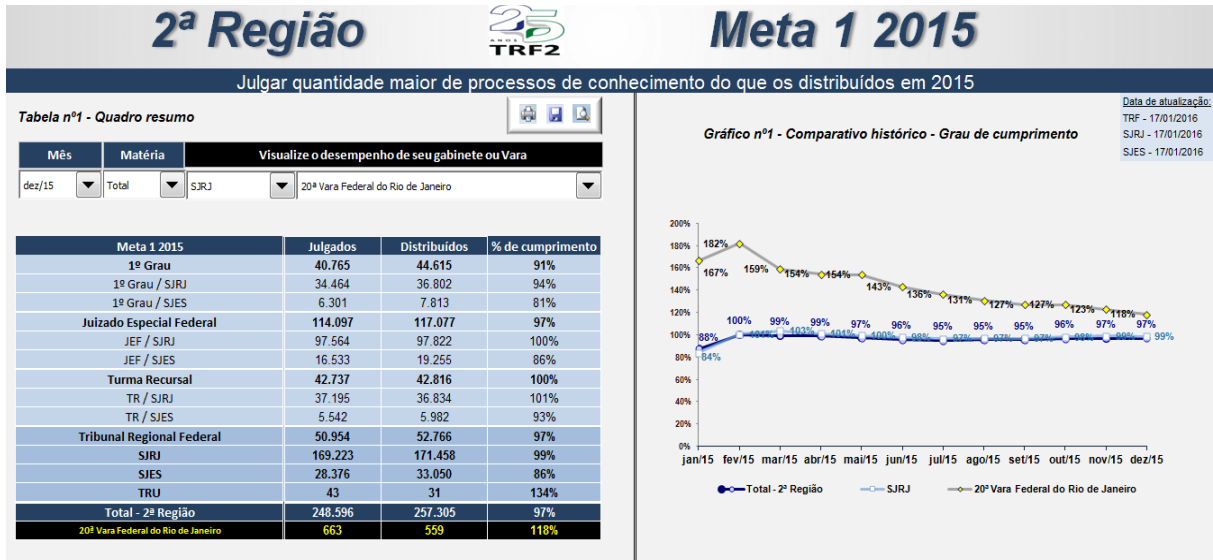
**I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos**

**Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente**

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 118%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 09/03/2016.

## II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, julgar 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: Constatam 18 processos pendentes de julgamento, como ilustram os gráficos a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## 2ª Região TRF2 Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

**Relatório nº 1 - Quadro resumo**

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara	
dez/15	100%	SJRJ	20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Data de atualização:  
TRF - 31/12/2015  
SJRJ - 31/12/2015  
SJES - 31/12/2015

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
<b>1º Grau</b>	<b>74.268</b>	<b>66.183</b>	<b>3.735</b>	<b>69.918</b>	<b>4.350</b>	<b>94%</b>
1º Grau / SJRJ	65.533	58.367	3.315	61.682	3.851	94%
1º Grau / SJES	8.735	7.816	420	8.236	499	94%
<b>Juizado Especial Federal</b>	<b>96.366</b>	<b>93.980</b>	<b>1.832</b>	<b>95.812</b>	<b>554</b>	<b>99%</b>
JEF / SJRJ	75.408	73.415	1.472	74.887	521	99%
JEF / SJES	20.958	20.565	360	20.925	33	100%
<b>Turma Recursal</b>	<b>23.699</b>	<b>23.559</b>	<b>133</b>	<b>23.692</b>	<b>7</b>	<b>100%</b>
TR / RJ	19.650	19.628	20	19.648	2	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	15.377	10.222	2.368	12.590	2.787	82%
SJRJ	160.591	151.410	4.807	156.217	4.374	97%
SJES	33.742	32.312	893	33.205	537	98%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>209.710</b>	<b>193.944</b>	<b>8.068</b>	<b>202.012</b>	<b>7.698</b>	<b>96%</b>
<b>20ª Vara Federal do Rio de Janeiro</b>	<b>466</b>	<b>422</b>	<b>26</b>	<b>448</b>	<b>18</b>	<b>96%</b>

**Verifique o Acervo Meta2 pendente:**

Acervo pendente TRF

Acervo pendente SJRJ

Acervo pendente SJES

## 2ª Região TRF2 Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Dados referentes ao dia 11/01/2016

Voltar

Ano: 2015  
 Mês: Dezembro  
 Vara: 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

**Acervo pendente SJRJ**

Ano distribuído	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2005	2	0	2
2006	1	0	1
2008	5	0	5
2009	6	0	6
2010	4	0	4
<b>Total geral</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>18</b>

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

➔ Sem movimentação há mais de 100 dias: Não há.

➔ Sem movimentação há menos de 100 dias: 18 processos

Processo	Classe
00239794620054025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00052506920054025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00235651420064025101	01001-ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA
00176497220084025151	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00126729020084025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00124900720084025101	02006-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/TRIBUTÁRIO
00103855720084025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00097897320084025101	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00268094320094025101	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00261780220094025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00189368920094025101	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00454988220094025151	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00298250520094025101	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00089216120094025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00182843820104025101	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00181406420104025101	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
04900456420104025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
04900447920104025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Dos quais foram analisados, por amostragem, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00239794620054025101 – 01005 - ORDINÁRIA/OUTRAS (Físico), autuado em 17/11/2005. Deferida em parte a antecipação de tutela, em 25/11/2005. Declinada a competência para uma das Varas de Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 27/09/2006. Julgamento convertido em diligência em 12/08/2011, e novamente em 22/01/2016, desta vez para intimar a Autora para esclarecer sobre a permanência do interesse de agir, acerca do uso do medicamento requerido. Último despacho de 19/02/2016, determinando intimação pessoal da autora. Último movimento de 22/02/2016, tipo aguardando devolução de mandado.

00052506920054025101 – 12001 - EMBARGOS À EXECUÇÃO (físico), autuado em 02/02/2005. Recebida a inicial e suspensa a execução, em 18/05/2005. Após diversas idas e vindas à Contadoria, foi dada vista às partes dos cálculos em 05/02/2010. Novas remessas dos autos ao Contador, em 21/07/2010, 27/06/2013, 19/12/2014, 12/01/2016 e, por fim, no último despacho, de 24/02/2016, onde permanecem os autos, desde 24/02/2016.

00176497220084025151 – 01003 - ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS (eletrônico), autuado em 27/05/2008. Inicialmente distribuído ao 8º JEF, e redistribuído ao 2º JEF, com base na decisão de 04/06/2008. Declinada a competência para uma das Varas Cíveis da Capital, em 12/09/2013. Determinada citação por edital de uma das rés, em 25/11/2014. Determinada réplica e especificação de provas, em 04/05/2015. Audiência designada para o dia 06/07/2015, redesignada para o dia 07/07/2015 e novamente para o dia





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

27/10/2015, afinal cancelada em 15/10/2015. **Último movimento de conclusão, em 10/03/2016, com minuta de texto no sistema, e, na mesma data, cadastrado movimento de audiência, sem intimação do anterior.**

00124900720084025101 – 02006 - MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/TRIBUTÁRIO (físico), autuado em 18/02/2008. Liminar indeferida em 07/03/2008. Julgamento convertido em diligência em 04/09/2008), determinando a suspensão do feito, aguardando RE n.º 240.785-2/MG. Sentença tipo A, publicada em 22/01/2016, julgando parcialmente procedente o pedido, e embargos de declaração acolhidos em 26/02/2016. Último movimento de remessa para Autor, em 24/02/2016.

00097897320084025101 – 01003 - ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS (físico), autuado em 23/06/2008. Despacho de citação em 16/07/2008. Deferida produção de prova pericial, em 23/03/2009. Dada vista às partes do laudo pericial, em 01/08/2013. Sentença tipo A, publicada em 22/01/2016, julgando improcedente o pedido. Último despacho de 11/02/2016, recebendo a apelação.

00189368920094025101 – 06001 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (físico), autuado em 13/08/2009. Em 04/12/2009, declinada a competência para a 24ª VF/RJ, por prevenção, tendo sido determinada a devolução dos autos para a 20ª VF, em 13/04/2010. Determinada notificação dos réus em 14/03/2011. Decisão em 07/11/2013, recebendo a inicial e determinando a citação. Último despacho de 18/02/2016, para especificação de provas. Último movimento de remessa para réu, em 29/02/2016.

00089216120094025101 – 01005 - ORDINÁRIA/OUTRAS (físico), autuado em 22/04/2009. Determinada suspensão do feito, até o julgamento definitivo da ação civil pública n.º 95.0003403-4, em 20/07/2009. Diante do trânsito em julgado daquela ação, foi requerido o cumprimento da obrigação lá reconhecida (expurgos de FGTS), e determinada, em 16/03/2016, a emenda da inicial, para adequá-la à execução de título judicial.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 09/03/2016 e consultas ao Apolo, posição até 16/03/2016.

**III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação. Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior.**

Não se aplica.

**IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)  
Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013.**

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 71%, com 05 processos pendentes de julgamento**, como ilustram os gráficos a seguir:

2ª Região		TRF2		Meta 4 2015			
Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013							
Relatório nº 1 - Quadro resumo							
Data	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara						
dez/15	SJRJ	20ª Vara Federal do Rio de Janeiro					
Data de atualização: TRF - 17/01/2016 SJRJ - 17/01/2016 SJES - 17/01/2016							
Meta 4 - Improbidade	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados	Grau de cumprimento
TRF	221	160	33	193	28	87%	125%
SJRJ	552	94	98	192	360	35%	50%
SJES	131	28	27	55	76	42%	60%
Total - 2ª Região	904	282	158	440	464	49%	70%
20ª Vara Federal do Rio de Janeiro	10	5	0	5	5	50%	71%

Verifique o Acervo Meta 4 pendente:

Acervo pendente TRF	Acervo pendente SJRJ	Acervo pendente SJES
---------------------	----------------------	----------------------



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2ª Região** **TRF2** **Meta 4 2015**  
Identificar e julgar até 31/12/2015 pelo menos 70% das ações de improbidade.

Dados referentes ao dia 17/01/2016



Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano 2015  
Mês Dezembro  
Vara 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

**Acervo pendente SIRJ**

Contar de Processo	Última movimentação		Total geral
	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2008	1	0	1
2010	2	0	2
2012	1	0	1
2013	1	0	1
<b>Total geral</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>5</b>

→ Sem movimentação há mais de 100 dias: Não há.

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 05 processos

Processo	Classe
00118431220084025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
04900456420104025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
04900447920104025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00487755720124025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00137391720134025101	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Dos quais foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00118431220084025101 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 31/01/2008. Determinada notificação dos réus, em 24/04/2008. Determinada notificação por edital, em 19/02/2013. Determinada citação em 23/02/2015. Em 25/01/2016, determinada citação por edital. Último movimento de remessa para DPU, em 11/03/2016.

04900456420104025101 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 27/01/2010. Ordem de citação em 15/04/2013. Chamado o feito à ordem em 22/10/2013, para notificação dos réus. Último despacho de 18/01/2016, determinando busca de informações sobre cumprimento de mandado. Processo concluso para despacho em 11/03/2016, com minuta de texto no sistema.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

04900447920104025101 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (físico), autuado em 27/01/2010. Determinada notificação dos réus, em 31/08/2010. Determinada a suspensão do feito (art. 265, III, do CPC), em 04/11/2014. Último despacho de 09/03/2016, determinando buscas para localização de endereço de um dos réus, dentre outras diligências. Último movimento tipo expedir mandado, em 15/03/2016.

00487755720124025101 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (eletrônico), autuado em 07/12/2012. Deferida liminar e determinada notificação dos requeridos, em 07/01/2013. Determinada notificação por edital, em 11/11/2013. Inicial recebida em 31/03/2014, e determinado desmembramento do feito. em 28/08/2014, determinada citação dos réus. Último despacho de 02/02/2016, determinando intimação do INSS e posterior vista ao MPF. Último movimento tipo “aguardando atendimento”, em 02/02/2016.

00137391720134025101 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (eletrônico), autuado em 18/11/2013. Determinada notificação dos réus em 28/11/2013. Recebida a inicial e determinada a citação, em 10/02/2015. Determinada especificação de provas em 27/10/2015. Concluso para sentença em 24/11/2015, sem minuta de texto no sistema.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 09/03/2016, e consultas ao Apolo, **posição até 16/03/2016.**

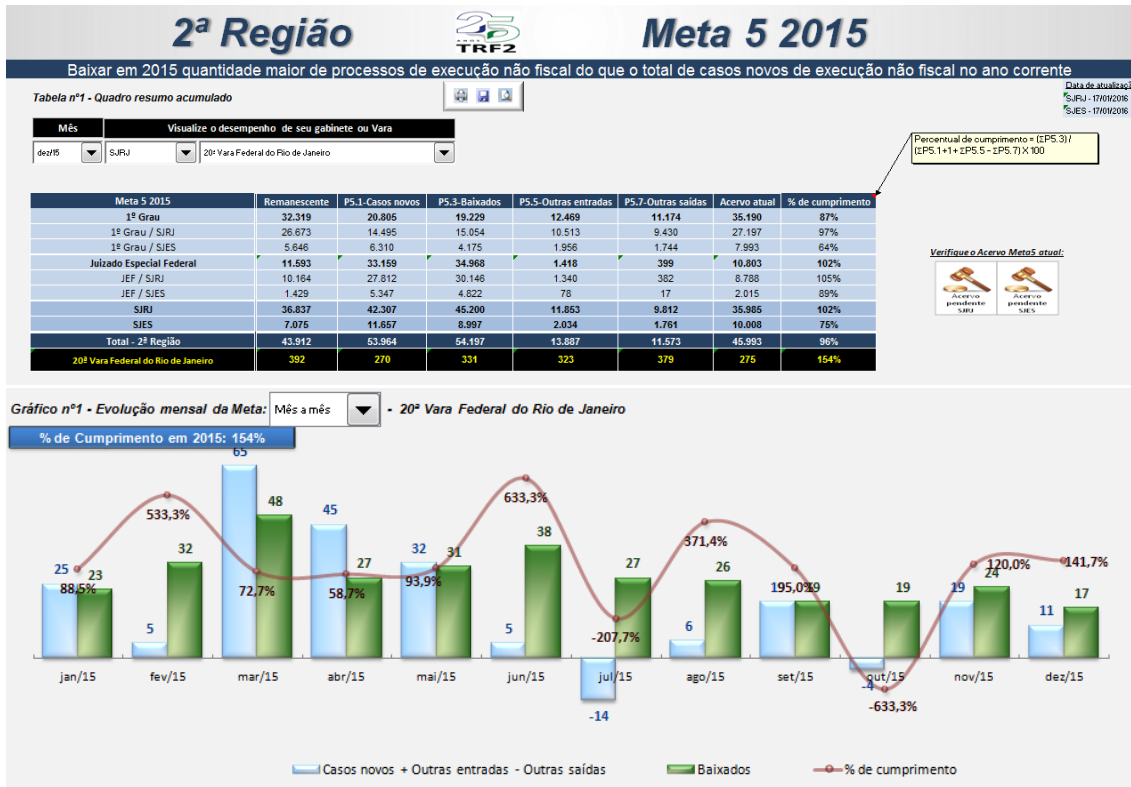
**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**

**Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.**

Situação: de acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 154%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



**VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**  
Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Situação: de acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 90%, com 01 processo pendente**, como ilustram os gráficos a seguir:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**2ª Região** **Meta 6 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data: dez/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: SJRJ | 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	516	291	106	397	119	77%
SJRJ	851	472	105	577	274	68%
SJES	113	55	13	68	45	60%
1º Grau	964	527	118	645	319	67%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>1.480</b>	<b>818</b>	<b>224</b>	<b>1.042</b>	<b>438</b>	<b>70%</b>
<b>20ª Vara Federal do Rio de Janeiro</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>90%</b>

Data de atualização: TRF - 17/01/2016, SJRJ - 17/01/2016, SJES - 17/01/2016

Verifique o Acervo Meta6 pendente:

**2ª Região** **Meta 6 2015**

Identificar e julgar até 31/12/2015 as ações coletivas distribuídas: Até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

Dados referentes ao dia 17/01/2016

Voltar

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano: 2015 | Mês: Dezembro | Vara: 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo	Última movimentação		Total geral
Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	
2009	1	0	1
<b>Total geral</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Processo	Classe
00189368920094025101	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA (analisado na Meta 02)

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 09/03/2016.

**VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.**

Não se aplica.

**VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.**

Não se aplica.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:  
MATÉRIA CÍVEL**

**(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)**

Analizando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), verificou-se a seguinte situação:

**. ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Classe 1007):**

Total: 01  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 00  
Em trâmite: 01

0101973-09.2012.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 11/10/2012. Liminar deferida em 22/10/2012, e determinada expedição de ofícios. Ordem de citação em 04/12/2012. Determinada especificação de provas em 18/04/2013. Sentença tipo A, publicada em 08/05/2014, julgando procedente o pedido. Apelação recebida em 14/10/2015. Último despacho publicado em 07/03/2016, com determinações acerca do bloqueio via BACENJUD e posterior remessa ao TRF. Último movimento de remessa para AGU, em 03/03/2016.

**. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):**

Classe 2002:  
Total: 03  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 01  
Em trâmite: 02



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

0026711-93.1988.4.02.5101 (físico), autuado em 03/11/1988. Primeiro andamento cadastrado no sistema, de 20/11/1995, de “AUTOS NO TRIBUNAL”. Intimadas as partes do retorno dos autos, em 10/04/2006. Decisão em 11/04/2007, assinalando a inexistência de valores a serem executados ou obrigação de fazer a ser cumprida, e determinando baixa e arquivamento. Processo suspenso em 18/06/2007, aguardando julgamento de agravo, que afinal reformou aquela decisão, cf. decisão de 11/02/2009. Registro apenas de dispositivo de sentença antiga, em 15/09/2009. Determinada intimação da Impetrada para cumprimento do julgado, em 12/08/2011. Declinada da competência para a Justiça Estadual, em 29/05/2013, reconsiderada em 30/01/2014, quando acolhida parcialmente a exceção de pré-executividade. Último despacho de 12/02/2016, determinando nova intimação para pagamento em favor de uma das Impetrantes. Último movimento de 04/03/2016, tipo aguardando devolução de carta precatória.

0062759-65.1999.4.02.5101 (físico), autuado em 15/12/1999. Registro de sentença padronizada, em 30/02/2000, com dispositivo: “denegando a segurança”. Remetidos os autos ao TRF em 13/06/2000, e devolvidos em 02/04/2003. Intimada a parte impetrada para fornecer cálculos, em 27/02/2004. Determinada citação na forma do art. 730 do CPC, em 06/06/2005. Informação sobre a propositura de embargos à execução, em 14/07/2005, tendo sido suspenso o feito de 14/07/2005 até 27/10/2009. Último despacho de 16/03/2016, indeferindo “expedição autônoma de honorários contratuais” e baixa e arquivamento do feito. último movimento de remessa para Autor, em 11/03/2016.

Classe 2999:

Total: 06

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 05

Em trâmite: 01

0061369-70.1993.4.02.5101 (físico), autuado em 06/09/1993. Em 24/03/1995, consta despacho recebendo as apelações. Remetidos os autos ao TRF em 16/05/1995, devolvidos em 03/09/2010. Publicação do dispositivo da sentença antiga, em 15/12/2010, concedendo a segurança. Em 14/06/2011, determinada





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

expedição de ofício sobre saldo das contas indicadas. Em 15/05/2013, consta que ainda não houve trânsito em julgado, tendo sido determinado o retorno dos autos ao STF para apreciação de RE. Decisão em 13/11/2014, determinando a conversão de depósitos em renda em favor da União. Último despacho de 07/03/2016, com vista dos autos à União, **sem que, s.m.j., tenham sido remetidos os autos ao STF, como determinado anteriormente. Oportunamente, também deve ser retificada a autuação do processo, adotando-se a classe específica cabível.**

**. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):**

Classe 6002:

Total: 05

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 02

Em trâmite: 03

0075272-36.1997.4.02.5101 (físico), autuado em 16/09/1997. Julgamento convertido em diligência, em 31/08/1999. Sentença de mérito, publicada em 04/04/2002, julgando procedente em parte o pedido. Intimação do réu para cumprimento do julgado, em 17/11/2008. Nova intimação da ré, na forma do art. 475-J do CPC ,para cumprimento do julgado, em 22/07/2015. Determinado bloqueio via BACENJUD, em 11/02/2016. Último movimento tipo expedir mandado, em 11/03/2016.

0134220-38.2015.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 03/11/2015. Decisão em 05/11/2015, determinando a citação dos réus. Último movimento em 26/02/2016, tipo aguardando devolução de carta precatória.

0145357-17.2015.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 27/11/2015. Determinada citação em 01/12/2015. Último despacho de 29/01/2016, determinando alterações no polo passivo da demanda. Último movimento de 03/03/2016, tipo aguardando devolução de carta precatória.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):**

Classe 6001:

Total: 09

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 05

Em trâmite: 03

0005989-96.1992.4.02.5101 (físico), autuado em 03/02/1992. Registro de sentença de mérito, publicada em 11/01/1994. Homologado valor estimado pelo IPHAN para restauração de imóvel e determinada intimação dos réus para depósito, em 21/10/2002. Determinada intimação dos executados para cumprimento da obrigação, em 09/08/2007. Ante as infrutíferas determinações de cumprimento do julgado, foi fixada multa em 02/06/2014. Último despacho de 03/02/2016, determinando intimação do IPHAN para vistoria do imóvel e dos réus, para apresentação de cronograma das obras. Processo concluso para despacho em 03/03/2016, com minuta de texto no sistema.

0018936-89.2009.4.02.5101 (analisado na Meta 02)

0022819-15.2007.4.02.5101 (físico), autuado em 06/09/2007. Ordem de citação em 13/09/2007, e de expedição de edital para intimação de eventuais interessados. Sentença tipo A publicada em 11/07/2013, julgando procedente em parte o pedido. Autos remetidos ao TRF em 20/05/2014 e devolvidos em 05/05/2015. Intimação para cumprimento do julgado em 19/05/2015. Último despacho de 13/01/2016, determinando intimação por edital. Último movimento de remessa para DPU, em 11/03/2016.

0139888-58.2013.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 06/11/2013. Liminar indeferida em 25/11/2013, e determinada citação. Determinada especificação de provas em 22/05/2014. Decisão em 11/03/2016, determinando inspeção judicial no local objeto da ação, complementada em 14/03/2016.

Classe 6006:

Total: 12



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 03  
Em trâmite: 09

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

0005615-11.2014.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 07/05/2014. Ordem de citação em 28/08/2014. Suspensão do processo por 60 dias, em 19/02/2015. Último despacho de 09/09/2015, determinando citação por edital. Último movimento de remessa para réu, em 16/02/2016.

0011843-12.2008.4.02.5101 (analisado na Meta 02).

0013739-17.2013.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 18/11/2013. Determinada notificação dos réus em 28/11/2013. Inicial recebida em 10/02/2015. Determinada especificação de provas em 27/10/2015. Concluso para sentença em 24/11/2015, sem minuta de texto no sistema.

0048775-57.2012.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 07/12/2012. Liminar deferida em 19/12/2012. Recebida a inicial e determinado desmembramento do feito em relação a alguns réus e a citação dos demais, em 31/03/2014. Suspenso o processo por 90 dias, em 14/05/2015. Último despacho de 02/02/2016, determinando vista ao INSS e depois ao MPF. **Último movimento tipo aguardando atendimento, em 02/02/2016.**

0140061-48.2014.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 28/07/2014. Determinada notificação em 16/10/2014. Recebida a inicial e determinada a citação, em 20/03/2015. Determinada especificação de provas em 30/06/2015. Deferida produção de prova oral, em 28/07/2015. Intimadas as partes para memoriais, em 22/01/2016. Concluso para sentença em 25/02/2016, sem minuta de texto no sistema.

0490044-79.2010.4.02.5101 (analisado na Meta 04)

0490045-64.2010.4.02.5101 (analisado na Meta 04)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Classe 6007:

Total: 02

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 01

0038919-64.2015.4.02.5101 (eletrônico), autuado em 16/04/2015. Indeferida antecipação da tutela em 13/05/2015. Determinada especificação de provas, em 16/07/2015. Audiência realizada em 19/01/2016. Prazo para alegações finais, em 26/01/2016. Concluso para sentença em 25/02/2016, sem minuta de texto no sistema.

**. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):**

Total: 02

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF:00

Em trâmite: 02

0311000-57.1900.4.02.5101 (físico), **autuado em 22/05/1978**. Por se tratar de processo antigo, primeiro despacho registrado no sistema data de 22/02/2002, dando vista às partes sobre os valores a serem pagos através de precatório. Redistribuído a uma das varas cíveis da capital em 19/12/2008, em razão da especialização da 9ª Vara em matéria criminal. Determinada a suspensão do feito, em razão de decisão proferida em embargos à execução em apenso, em 15/06/2009. Homologados cálculos em 19/08/2014. Despacho em 26/11/2015, determinando retificação da requisição de pagamento e intimação pessoal da parte para que traga cópia de documentos. Último despacho de 22/01/2016, determinando reiteração do mandado. Últimos movimentos de juntada, em 15 e 17/03/2016. **Não foi feito registro de sentença antiga.**

0311176-36.1900.4.02.5101 (físico), **autuado em 30/08/1973**. Despacho em 12/06/2002, dando vista à expropriada sobre cálculos. Determinada redistribuição para uma das Varas Cíveis, em 30/04/2008. Determinada remessa dos autos à Contadoria, em 15/04/2013. Determinada citação pelo art. 730 do



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CPC, em 10/02/2014. Suspenso o feito para habilitação de sucessores, em 13/08/2014. Último despacho de 16/03/2016, determinando expedição de requisitórios de pagamento, dentre outras providências.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 09/03/2016 e consultas ao Apolo, **posição até 17/03/2016.**

➔ **AUDIÊNCIAS (DE 01/03/2015 A 29/02/2016)**  
**(Art. 35, I, CNCR)**

TOTAL: 36 audiências designadas, sendo a primeira de 02/03/2015 e a última de 29/02/2016.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo, extraído em 09/03/2016.

➔ **PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)**

**. INICIAIS/PREVENÇÃO**  
**(Artigos 305 a 316 da CNCR)**

Foram identificados os seguintes locais virtuais:

ESC. CITAÇÃO INICIAL, com 02 documentos, ambos de 11/03/2016.

ESC INICIAIS COM PEDIDO TUTELA/LIMINAR, sem documentos nesta data de 11/03/2016.

De acordo com o questionário pré-correição:

*“A Diretora de Secretaria faz a triagem das **iniciais** que chegam diariamente ao Balcão de Entrada virtual da*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

*Vara (sistema APOLO), sempre observando a existência de casos extremamente urgentes, como, por exemplo, os relativos à saúde.*

*As iniciais com pedido de tutela/liminar são remetidas ao gabinete para confecção de minuta com urgência.*

*As demais iniciais têm suas minutas elaboradas por servidor da Secretaria. Quando é verificado, nos autos dos processos remetidos pelo Setor de Distribuição, que há termo de **prevenção**, a verificação é feita prioritariamente.” (g.n.)*

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 11/03/2016, às 16:00h.

## . BALCÃO DE ENTRADA

Constam 14 documentos, sendo o mais antigo de 10/03/2016.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 11/03/2016, às 15:59.

## . TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	09/03/2016
Conclusão até	08/03/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	2	33,33
Decisão	0	0,00
Sentença	4	66,67
<b>Total Geral</b>	<b>6</b>	<b>100,00</b>

Dos quais foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00120722520154025101 (eletrônico – 1005 – ORDINÁRIA/OUTRAS),  
autuado em 03/02/2015. **Concluído para sentença em 06/08/2015**, com minuta  
de texto no sistema.

01214201819914025101 (físico – 1001 – ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA),  
autuado em 16/09/1991. **Concluído para sentença em 02/09/2015**, sem minuta  
de texto no sistema.

01824724920144025120 (eletrônico – 1004 – ORDINÁRIA/IMÓVEIS),  
autuado em 15/12/2014. **Concluído para sentença em 09/09/2015**, com minuta  
de texto no sistema.

05064016120154025101 (eletrônico – 2011 – MANDADO DE  
SEGURANÇA/SERVIDOR PÚBLICO), autuado em 24/07/2015. **Concluído  
para sentença em 08/09/2015**, sem minuta de texto no sistema.

00169928620084025101 (físico – 12001 – EMBARGOS À EXECUÇÃO),  
autuado em 04/09/2008. Concluído em 28/01/2016, com despacho já intimado  
em 09/03/2016.

00172070920014025101 (físico – 1005 – ORDINÁRIA/OUTRAS), concluído  
em 03/02/2016, com despacho já intimado em 09/03/2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Concluídos, extraído em 09/03/2016, e consulta ao  
Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 18/03/2016.**

**. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:  
(Arts. 228 da CNCR)**

**Parados - Apolo (Outras Classes):**

Posição em	09/03/2016
Último Movimento até	08/03/2016



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	15	78,95
Mais de 60	4	21,05
<b>Total Geral</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>

Dos quais foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00114885619954025101 (físico – 9002 – SUMÁRIA/OUTRAS), com **último despacho remetido para publicação em 21/07/2015, “aguardando geração de boletim”**.

00051087020024025101 (físico – 5011 – REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE), com ordem de suspensão em 13/08/2015, por seis meses. Concluso para despacho em 11/03/2016.

00135893719934025101 (físico – 1001 – ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA), com despacho de 26/01/2016, e movimentação tipo aguardando resposta de ofício, desde 01/02/2016.

09324024819004025101 (físico – 1004 – ORDINÁRIA/IMÓVEIS), autuado em 11/05/1987. Com despacho publicado em 12/02/2016, determinando conversão de saldo em conta depositada na CEF, e posterior remessa ao arquivo. Cadastrado movimento de baixa – findo, em 11/03/2016.

03110005719004025101 (físico – 5010 – AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO), autuada em 25/05/1978. Despacho determinando diligências para tentativa de localização da Autora, publicado em 22/01/2016. Últimos movimentos de juntada, em 15 e 17/03/2016.

00022055220084025101 (físico – 5013 – AÇÃO MONITÓRIA). Despacho de 19/01/2016, determinando série de providências. Em 18/03/2016, ato ordinatório com a republicação de um dos itens do despacho anterior, dando vista aos exequentes e posterior expedição de mandado de penhora e avaliação.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01498321620154025101 (eletrônico – 5013 – AÇÃO MONITÓRIA). Despacho publicado em 17/12/2015, determinando citação e intimação para pagamento do débito, dentre outras providências em sequência. Último movimento de 01/02/2016, tipo aguardando devolução de carta precatória, repetido em 11/03/2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraída em 09/03/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 18/03/2016.**

**. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)  
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Constam 05 petições aguardando juntada, em 09/03/2016, sendo a mais antiga de fevereiro de 2016, ref. ao processo n.º 00060374020014025101 (documento n.º 2016.0020.000008-5).

De acordo com o questionário pré-correição:

*“Além do controle permanente de processos parados, processos com prazos vencidos, processos em carga e **petições pendentes**, são extraídos e analisados ao final de cada mês os relatórios estatísticos a fim de avaliar os resultados obtidos e a evolução da vara. Detectado algum ponto ou problema, são imediatamente implantados os ajustes (seja na distribuição das tarefas, seja no método ou periodicidade de realização das mesmas) .*

*[...]*

*Ao longo e ao fim de cada mês são extraídos relatórios que permitem mensurar a distribuição, o acervo e a produtividade, bem como identificar processos com prazo vencido, processos conclusos ou processos parados há dias e, ainda, a **existência de petições pendentes de juntada.***



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

*Com base nas informações obtidas, são elaboradas estratégias adequadas à solução das dificuldades temporárias porventura explicitadas.” (g.n.)*

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 09/03/2016, Questionário pré-correção, itens 2.5 e 3.14.

**. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Foram identificados os seguintes locais virtuais:

AG. DEVOLUÇÃO/RESPOSTA, com 02 documentos, **ambos de 04/06/2014** (documento n.º (0011892-82.2010.4.02.5101 - Local:20) OFI.0020.000198-3/2014).

AG. RESPOSTA DE OFÍCIO, com 04 documentos, sendo o mais antigo de 15/02/2016 (documento n.º 0054264-07.2014.4.02.5101).

ESC AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE AR, com 14 documentos, sendo **o mais antigo de 13/11/2014** (documento n.º (0509415-97.2008.4.02.5101 - Local:20) MAN.0020.002185-7/2014).

ESC AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA, com 06 documentos, sendo o mais antigo de 26/02/2016 (documento n.º 0015587-05.2014.4.02.5101).

ESC AGUARDANDO PRAZO, com 14 documentos, sendo o mais antigo de 21/08/2015 (documento n.º 0054270-14.2014.4.02.5101).

ESC CONTRARRAZÕES, com 12 documentos, sendo o mais antigo de 25/02/2016 (documento n.º 0058426-11.2015.4.02.5101).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ESC PERÍCIA AGUARDANDO EXAME/LAUDO, com 05 documentos, sendo o mais antigo de 19/02/2016 (documento n.º 0078753-74.2015.4.02.5101).

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 11/03/2016, às 17h11.

**. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)**

Foram verificados os seguintes locais:

ESC EXP ALVARÁ, com 04 documentos, sendo o mais antigo de 01/03/2016 (documento n.º 0053115-73.2014.4.02.5101).

ESC EXPEDIR REQUISITÓRIO, com 06 documentos, sendo o mais antigo de 03/03/2016 (documento n.º 0003737-80.2016.4.02.5101).

ESC INTIMAÇÃO, com 20 documentos, sendo o mais antigo de 04/03/2016 (documento n.º 0017810-62.2013.4.02.5101).

ESC OFÍCIO, com 07 documentos, sendo o mais antigo de 04/03/2016 (processo n.º 0000353-80.2014.4.02.5101).

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 11/03/2016, às 17h14.

**. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:  
(Art. 189 da CNCR)**

Posição em	09/03/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	7



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Documento	5
<b>Total Geral</b>	<b>12</b>

Dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

00065497219914025101 (físico, 10008 – CAUTELAR INOMINADA). Sigilo de peças cadastrado no sistema. Ordem judicial decretando o sigilo, em 08/03/2007.

00071828220114025101 (eletrônico, 1001 – ORDINÁRIA TRIBUTÁRIA), com sigilo de peças cadastrado e ordem judicial respectiva em 17/10/2012.

00061102620124025101 (eletrônico, 10004 – CAUTELAR BUSCA E APREENSÃO), com sigilo de justiça no sistema cadastrado, e ordem judicial respectiva em 10/05/2012.

01402396020154025101 (eletrônico, 1005 – ORDINÁRIA/OUTRAS), com sigilo de justiça cadastrado, com ordem judicial respectiva em 16/02/2016.

01390885920154025101 (eletrônico, 1001 – ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA), com sigilo de justiça cadastrado, e ordem judicial respectiva em 15/01/2016.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Sigilo de Justiça, extraída em 09/03/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 18/03/2016.**

## . PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	<b>03/2015 a 02/2016</b>
	Processos	<b>6.312</b>
	Boletins	<b>419</b>
	Média (Proc. / Bol.)	<b>15,06</b>
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	<b>5,95</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 09/03/2016.

## . PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **60 processos remetidos com prazo vencido**, estando os **mais antigos** na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0004790-63.1997.4.02.5101	Autor	07/02/2014	12/03/2014	728
0103631-34.2013.4.02.5101	PFN	21/01/2014	10/02/2014	758
0103631-34.2013.4.02.5101	AGU	21/01/2014	05/02/2014	763
0003379-96.2008.4.02.5101	Autor	27/10/2015	09/11/2015	121
0000481-62.1998.4.02.5101	Autor	23/10/2015	26/11/2015	104
0002998-88.2008.4.02.5101	CEF	25/11/2015	30/11/2015	100
0020422-61.1999.4.02.5101	ECT	19/10/2015	29/10/2015	132

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 09/03/2016.

### → SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS (Artigos 267 a 269 da CNCR)

- 1. Número total de processos suspensos (em 09/03/2016): 1.015**
- 2. Motivo Da Suspensão**
  - Repercussão geral: 178
  - Aguardando decisão de instância superior: 382
  - Embargos à execução: 130
  - Outras suspensões – Processos de conhecimento: 02
  - Outras suspensões – Processos de execução: 15



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Cumprimento Precatório/RPV: 18
- OUTROS – FASE CONHECIMENTO: 11
- OUTROS – FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 265
- Parcelamento: 02
- Suspensão – aguardando julgamento de recurso: 12

### 3. Análises dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta, por amostragem, no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Repercussão geral: 178

00010995020114025101; 00035414819954025101; 00785181619924025101;  
00063192019974025101; 00091531520054025101; 00016670320104025101;  
00124852420044025101; 00251158320024025101; 00199210520024025101;  
00030834020094025101; 00268917420094025101

b) Aguardando decisão de instância superior: 382

00470818319944025101; 00024819320024025101; 00196034120104025101;  
00143683520064025101; 00001933120094025101.

**Salvo melhor juízo, não observamos o despacho judicial correspondente à suspensão nos processos abaixo discriminados:**

**00092001320104025101; 00091594620104025101; 00115628520104025101;  
00068687320104025101; 00105957920064025101.**

c) Embargos à execução: 130



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00030320520044025101; 00489938520124025101; 00058259719934025101;  
00114361120054025101; 00192106320034025101; 00145937920114025101;  
00004115420124025101.

**Salvo melhor juízo, não observamos o despacho judicial correspondente à suspensão nos processos abaixo discriminados:**

**00033865420094025101; 00038220419954025101; 00285084020074025101;  
00056863819994025101; 00004106920124025101;**

d) Outras suspensões – Processos de conhecimento: 02

00082323220004025101.

**Salvo melhor juízo, não observamos o despacho judicial correspondente à suspensão no processo n.º 00282792720004025101.**

e) Outras suspensões – Processos de execução: 15

01116881319914025101; 00081735419944025101; 00731297419974025101;  
00253412020044025101; 00048528820064025101; 00111702420054025101.

**Salvo melhor juízo, não observamos o despacho judicial correspondente à suspensão nos processos abaixo discriminados:**

00193543220064025101; 00237499719884025101; 00083717620034025101;  
00172010220014025101.

f) Cumprimento Precatório/RPV: 18

00459244520124025101; 00068960720114025101; 00280577820084025101;  
00233379819904025101;

**Salvo melhor juízo, não observamos o despacho judicial correspondente à suspensão nos processos abaixo discriminados:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**00071479820064025101; 01033917920124025101;**

g) OUTROS – FASE CONHECIMENTO: 11

00085786520094025101; 01269803819914025101; 00141183120084025101;  
00195643920134025101; 00464630620154025101; 00198683820134025101;  
01206386820154025101; 00752374620154025101; 01409506520154025101;

h) OUTROS – FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 265

00176309020064025101; 00071333719944025101; 01392673319914025101;  
00007736620064025101; 00193485920054025101; 00395129419954025101;  
00176553020114025101.

**Salvo melhor juízo, não observamos o despacho judicial correspondente à suspensão nos processos abaixo discriminados:**

**00225485020004025101; 01333209519914025101;**

i) Parcelamento: 02

00236405320064025101; 00059624420144025101.

j) Suspenso – aguardando julgamento de recurso: 12

00460676919914025101; 00050437020054025101; 00065370920014025101;  
00060568020004025101; 00236280520074025101; 00263176620004025101;

**Salvo melhor juízo, não observamos o despacho judicial correspondente à suspensão nos processos abaixo discriminados:**

**00009344220074025101; 00231422020074025101; 00297013720004025101;**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 09/03/2016 e consultas, por amostragem, ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 14/03/2016.**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.168

**1. FINAL PAR: 580**

- a. **Convertidas em diligência: 41**
- b. **“Convertido o julgamento em diligência”: 03**
- c. **Embargos de declaração acolhidos: 08**
- d. **Embargos de declaração acolhidos em parte: 02**
- e. **Embargos de declaração rejeitados: 34**
- f. Resolução de mérito:
  - i. Concedida a segurança: 03
  - ii. Concedido o habeas data: 01
  - iii. Denegada a segurança: 03
  - iv. **Embargos de declaração acolhidos: 01**
  - v. **Embargos de declaração não acolhidos: 07**
  - vi. **Julgado improcedente o pedido: 10**
  - vii. Julgado procedente em parte o pedido: 07
  - viii. Conciliação/transação homologada: 02
  - ix. **Pedido Improcedente: 121**
  - x. Pedido Improcedente – dispensada citação: 02
  - xi. Pedido Procedente: 60
  - xii. Pedido Procedente em parte: 40
  - xiii. Reconhecida prescrição/decadência: 08
  - xiv. Reconhecimento da procedência do pedido: 01
  - xv. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 02
- g. Sem resolução de mérito: 182
- h. Sem resolução de mérito: Extinto por abandono de causa: 01
- i. Sem resolução de mérito: Desistência da ação: 03
- j. **Vazias: 38**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## 2. FINAL ÍMPAR: 588

- a. **Convertidas em diligência: 57**
- b. **“Convertido o julgamento em diligência”: 04**
- c. **Embargos de declaração acolhidos: 02**
- d. **Embargos de declaração acolhidos em parte: 06**
- e. **Embargos de declaração rejeitados: 25**
- f. “De expediente”: 01
- g. Com resolução de mérito:
  - i. Concedida a segurança: 03
  - ii. Concedida em parte a segurança: 01
  - iii. **Declarada decadência/prescrição: 02**
  - iv. **Embargos de declaração acolhidos: 01**
  - v. **Embargos de declaração acolhidos em parte: 01**
  - vi. **Embargos de declaração não acolhidos: 09**
  - vii. Julgado improcedente o pedido: 10
  - viii. **Julgado procedente em parte o pedido: 13**
  - ix. **Julgado procedente o pedido: 09**
  - x. **Julgado procedente o pedido – reconhecimento pelo réu: 02**
  - xi. Extinção da execução: 01
  - xii. **Pedido Improcedente: 78**
  - xiii. Pedido Improcedente – dispensada citação: 02
  - xiv. **Pedido Procedente: 64**
  - xv. **Pedido Procedente em parte: 35**
  - xvi. **Reconhecida prescrição/decadência: 07**
  - xvii. **Reconhecimento da procedência do pedido: 03**
  - xviii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 01
  - xix. Pedido procedente com tutela deferida: 01
- h. Sem resolução de mérito: 203
- i. Sem resolução de mérito: ausência das condições da ação: 01
- j. Sem resolução de mérito: Desistência da ação: 02
- k. Sem resolução de mérito: extinto por preempção, litispendência ou coisa julgada: 01



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**I. Vazias: 43**

**Obs.: Evitar as classificações repetitivas vistas acima, tais como:**

- “Convertidos em diligência” e “convertido o julgamento em diligência”;
- “Embargos de declaração acolhidos” e “resolução de mérito: embargos de declaração acolhidos”;
- “Embargos de declaração rejeitados” em paralelo à classificação “resolução de mérito: embargos de declaração não acolhidos”;
- “Julgado improcedente o pedido” e “pedido improcedente”;
- “Julgado procedente em parte” e “pedido procedente em parte”;
- “Declarada decadência/prescrição” e “reconhecida prescrição/decadência”;
- “Julgado procedente o pedido – reconhecimento pelo réu” e “reconhecimento da procedência do pedido”;

**→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

**(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)**

Com relação a classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

**1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):**

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0084416-04.2015.4.02.5101	0120648-49.2014.4.02.5101
0047230-44.2015.4.02.5101	0012490-07.2008.4.02.5101
0017608-56.2011.4.02.5101	0009789-73.2008.4.02.5101
0024163-50.2015.4.02.5101	0506758-41.2015.4.02.5101
0125596-68.2013.4.02.5101	0503025-67.2015.4.02.5101
0015342-91.2014.4.02.5101	0151756-62.2015.4.02.5101
0033260-45.2013.4.02.5101	0044315-22.2015.4.02.5101
0023712-25.2015.4.02.5101	0136653-15.2015.4.02.5101
0006562-31.2015.4.02.5101	0041068-33.2015.4.02.5101
0120648-49.2014.4.02.5101	0141091-21.2014.4.02.5101

As seguintes sentenças, classificadas como tipo A, **s.m.j., deveriam ter sido classificadas como tipo B2, como se vê a seguir (textos em anexo ao final do relatório):**

0136456-60.2015.4.02.5101; 0145677-67.2015.4.02.5101; 0146382-65.2015.4.02.5101; 0146366-14.2015.4.02.5101; 0156277-50.2015.4.02.5101: Trata-se de sentenças proferidas em embargos à execução, nos quais se discutem valores devidos pelo IBGE “em decorrência de sentença proferida no processo número 0107473-51.2015.4.02.5101”.

## **2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):**

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0133538-83.2015.4.02.5101	0055900-71.2015.4.02.5101
0146587-94.2015.4.02.5101	0506433-66.2015.4.02.5101
0017017-28.2015.4.02.5110	0114176-95.2015.4.02.5101
0022780-08.2013.4.02.5101	0133550-97.2015.4.02.5101
0065774-80.2015.4.02.5101	

0022780-08.2013.4.02.5101 - Classificada corretamente como tipo B2 no sistema, mas **no corpo do texto consta a classificação como tipo A.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

### 3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:

0106917-49.2015.4.02.5101  
0052051-28.2014.4.02.5101  
0146439-83.2015.4.02.5101  
0061615-65.2013.4.02.5101  
0149223-33.2015.4.02.5101  
0052206-31.2014.4.02.5101

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 09/03/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 14/03/2016.

### → CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

*“Os processos incluídos nas Metas fixadas pelo CNJ têm preferência sobre os demais, seja na realização de atividades cartorárias (intimação, expedição de mandados e ofícios etc), seja na prolação de despachos, decisões e sentença.*

*[...]*

*Os processos incluídos na Meta 2 e Meta 4 , ambas do CNJ, têm prioridade sobre os demais na prolação da sentença.”*

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **EXECUÇÃO**  
(art. 333 da CNCR)

**1. FASE 18:**

Execução de sentença:			Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	144	144
	Registro Sentença Antiga	Não Informada	1	1
	Total		145	145

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 09/03/2016.

**2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO**  
(Art. 217, II, da CNCR)

Posição em	09/03/2016	Período	01/03/2015 a 29/02/2016
------------	------------	---------	-------------------------

Tipo / Situação Atual	Total do Cadastro	Cadastrado	Conferido	Enviado ou Transm. c/ Erro	Tempo Médio (dias) Últ. Julg. / Tot. Env.
RPV Juizado Especial	0	0	0	0	N/A
RPV	226	8	0	218	1.203
Precatório em Parcela Única	75	8	0	67	2.288
Precatório Parcelado	0	0	0	0	N/A
<b>Total Geral</b>	<b>301</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>285</b>	<b>1.458</b>

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 09/03/2016.

➔ **GRANDES DÉBITOS**  
(Arts. 272 e 273 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não se aplica.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

➔ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**  
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, constam atualmente 269 ordens de bloqueio cadastradas no sistema BACENJUD, 119 ordens de desbloqueio e 91 transferências.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

➔ **LEILÕES**  
(Arts. 270 A 290 da CNCR)

Segundo o questionário pré-correição, há “indisponibilidade na estatística”.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

➔ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**  
(Artigos 356 a 358 da CNCR)

O questionário pré-correição limitou-se a informar o total de 10 bens nesta situação (item 3.4.2.g).

Já a consulta de bens penhorados do sistema Apolo informa o total de 22 bens constritos, dos quais foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

- 1) Processo: 0000341-76.2008.4.02.5101



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Executado: QGT EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA**

Data da Penhora: 16/12/2014 00:00

Tipo do Bem: Apartamento

**Valor do Bem: N/A**

**Exequirente: QGT EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA** Valor do Débito: R\$ 5.354.516,65

Vara: 20VF

Mandado: MAN.0020.002338-8/2014

Quantidade de Bens diferentes: 1

**Valor Total dos Bens: R\$ 0,00**

**Depositário: N/A**

Trata-se de execução por título extrajudicial. Determinado em 27/03/2015 que a Exequirente indicasse fiel depositário para o bem penhorado. Em 28/04/2015, consta decisão de que o fiel depositário é o devedor, para fins de registro da penhora. Último despacho de 09/03/2016, determinando manifestação da exequirente sobre a certidão de ônus reais. **Necessário, s.m.j., atualizar o cadastro, para inclusão do depositário nomeado, bem como para corrigir a parte Exequirente (CEF/EMGEA).**

2) Processo: 0005913-62.1998.4.02.5101

Executado: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Data da Penhora: 25/04/2014 00:00

Tipo do Bem: Bem Semovente

**Valor do Bem: N/A**

Quantidade:

Local: RUA CORONEL VERCESSI, 165/101/BL 1-FREGUESIA

Exequirente: COSME DE ANDRADE SILVA

Valor do Débito: R\$ 1.975,01

Vara: 20VF

Mandado: MAN.0020.000663-0/2014

Quantidade de Bens diferentes: 1

**Valor Total dos Bens: R\$ 0,00**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**Depositário: N/A**

Trata-se de ação ordinária/imóveis. Designado leiloeiro e datas para o leilão nos dias 15/06/2015 e 25/06/2015, cf. despacho de 16/04/2015, sem interessados, cf. despacho de 10/07/2015. Ordem de baixa e arquivamento dos autos, em 10/11/2015, cumprida na mesma data. **Necessário retificar o cadastro de exequente e executado, em posições invertidas, bem como para inclusão do depositário nomeado. Além disso, s.m.j., deve ser levantada a penhora ou dada destinação ao bem, antes do arquivamento.**

3) Processo: 0008360-08.2007.4.02.5101

Executado: JOSE HIRLEY DA CONCEICAO

Data da Penhora: 19/09/2014 00:00

**Tipo do Bem: N/A**

Valor do Bem:R\$ 425.000,00

Quantidade: 1 Local: rua são francisco xavier 342- Maracã

Exequente: JOSE HIRLEY DA CONCEICAO Valor do Débito: R\$ 29.529,90

Vara: 20VF

Mandado:MAN.0020.001761-6/2014

Quantidade de Bens diferentes:1

Valor Total dos Bens: R\$ 425.000,00

**Depositário: N/A**

Trata-se de execução por título extrajudicial. Despacho em 16/10/2014, sobre a informação de que a constrição recaiu sobre bem pertencente a terceiro. **Em 15/01/2015, determinado o levantamento da penhora. Necessário, s.m.j., atualizar o cadastro respectivo.**

4) Processo: 0016380-90.2004.4.02.5101

Executado: MALIZIA 100 TURISMO LTDA

Data da Penhora: 15/12/2015 00:00

**Tipo do Bem: N/A**

Valor do Bem:R\$ 21.500,00

Quantidade:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Local: AVENIDA JOSÉ BENTO RIBEIRO DANTAS 100 - CENTRO  
Exequente: HUMBERTO CARLOS POVOLI  
Valor do Débito: R\$ 464.890,90  
Vara: 20VF Mandado:MAN.0020.001652-2/2015

Executado: MALIZIA 100 TURISMO LTDA  
Data da Penhora: 15/12/2015 00:00  
Tipo do Bem:Automóvel  
Valor do Bem:R\$ 36.500,00  
Quantidade: 1 Local: AV. JOSÉ BENTO RIBEIRO DANTAS 100 - CENTRO  
Exequente: HUMBERTO CARLOS POVOLI  
Valor do Débito: R\$ 464.890,90  
Vara: 20VF Mandado:MAN.0020.001652-2/2015  
Quantidade de Bens diferentes:2 Valor Total dos Bens: R\$ 58.000,00

**Depositário: N/A**

Trata-se de execução por título extrajudicial. **Necessário, s.m.j., retificar a parte exequente (FINEP), bem como indicar o depositário nomeado.**

5) Processo: 0060848-27.2013.4.02.5101

Executado: FLAVIO DE BATTISTI RIBEIRO  
Data da Penhora: 10/04/2015 00:00  
Tipo do Bem: Bem Semovente  
Valor do Bem:R\$ 9.000,00  
Quantidade: Local: PRAÇA CORONEL LUIZ COUTINHO, 17 CENTRO  
GUIRIREMA MG

**Exequente: N/A**

Valor do Débito: R\$ 3.230,06  
Vara: 20VF Mandado:CPR.0020.000065-7/2014  
Quantidade de Bens diferentes:1  
Valor Total dos Bens: R\$ 9.000,00

**Depositário: N/A**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Trata-se de execução por título extrajudicial. Determinado bloqueio de numerário via BACENJUD, em 22/10/2015. Determinada transferência do valor bloqueado, em 21/03/2016. **Necessário, s.m.j., complementar as informações do cadastro do bem penhorado.**

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 09/03/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 18/03/2016.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, “não se aplica” ao juízo correicionado. E, de acordo com o relatório de material apreendido/acautelado do Apolo, não há dados a relatar.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, extraído em 09/03/2016.

➔ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**  
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

*“A vara possui todos os livros e pastas obrigatórias. Foram inspecionados os livros e pastas obrigatórias em uso no gabinete e na Secretaria não tendo sido apontada nenhuma irregularidade. Foram atendidos os prazos da Tabela de temporalidade, conforme disposto na Resolução 18/2011, da*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

*Gestão Documental da Justiça Federal da 2ª Região , e feita a eliminação das pastas e livros físicos.”*

Por sua vez, nos termos do relatório de inspeção anual:

*“Foram inspecionados os livros e pastas obrigatórios, não sendo apontada nenhuma irregularidade, bem como os processos de verificação obrigatória.”*

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/09812, de 03/07/2015).

## ➔ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição:

*“Necessitamos **melhora na iluminação** da Vara, sem modificação do layout, tendo em vista as dificuldades de visualização da numeração e teor dos autos dos processos físicos, o que pode ocasionar afastamentos de Juízes, servidores e estagiários.” (g.n.)*

Por sua vez, nada sobre o tema foi discutido no relatório de inspeção anual.

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/09812, de 03/07/2015, realizada no período de 15 a 19/06/2015).

## ➔ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

*“Três meses: Diminuir o acervo de processos conclusos para sentença até atingir a meta estabelecida por esta corregedoria (180 dias para sentença).*

*Seis meses: Manter o acervo de processos conclusos para sentença e de despacho/decisão conforme meta estabelecida pela corregedoria.*

*Um ano: Perpetuação do panorama positivo.*

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.

RELATÓRIO ELABORADO POR:  
José Vicente Benevenuti, Mat. n.º 15.035  
Marcia Fernandes Borges, Mat. n.º 15.548